6
Conclusão

Alguns trabalhos mostram como a interação entre educação e fecundidade determina a evolução da distribuição de renda, sem levar em conta a dimensão da economia política. Outros analisam a interação entre educação, economia política. e distribuição de renda, mas não consideram questões demográficas. Meu argumento é que, se considerarmos todas essas dimensões ao mesmo tempo, assim como a interação entre elas, teremos resultados que diferem substancialmente dos estudos que analisam essas dimensões separadamente.

Em ambas as correntes da literatura temos a existência de círculos viciosos que conduzem a uma armadilha de desigualdade. Nossa contribuição principal é mostrar que, se levarmos em conta essas dimensões política e demográfica conjuntamente, e considerarmos sua interação, poderemos ter uma força na direção oposta, isto é, a favor de uma convergência de renda no longo prazo.

Diversos resultados emergem desta análise. Primeiramente, mostro que, sob algumas hipóteses - (i) a democracia funciona direito, no sentido de que o poder de voto está distribuído uniformemente entre todos os indivíduos na sociedade tanto *de juri* quanto *de facto* [1], (ii) as pessoas se importam o suficiente com o capital humano de seus filhos, (iii) as pessoas reconhecem o sistema político como um canal eficiente através do qual elas conseguem melhorar, por meio de voto por maiores gastos públicos em educação, o padrão de vida de seus filhos, e (iv) o processo político funciona bem, no sentido de que os impostos pagos para financiar a educação são integralmente gastos como investimento público em educação, e que esse investimento é realizado de um modo eficiente, aumentando assim proporcionalmente a qualidade do sistema educacional público - teremos como resultado uma trajetória de desigualdade decrescente no longo prazo. A principal força determinante da distribuição do poder político será a força demográfica, que por sua vez será determinada pelo diferencial de fecundidade entre os diferentes grupos na sociedade. Uma vez que o grupo populacional de renda mais baixa cresce a uma taxa mais elevada, assim também crescerá seu poder político, o que fará com que o sistema político

[1] Frey e Stutzer (2000) mostram que a democracia *per se* aumenta o bem-estar individual.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510684/CA

funcione de maneira redistributiva. Isso levará a uma melhoria da qualidade do ensino público, fomentando assim uma convergência de renda.

Segundo, mostro que uma armadilha de desigualdade pode ser causada pela falha de uma ou mais das hipóteses descritas acima. Isso pode ser resumido em duas principais possibilidades:

(i) Quando o poder político depende em um alto grau da riqueza, e as classes mais altas decidem ignorar o sistema educacional público e matricular seus filhos na rede privada.

(ii) Quando o poder político está distribuído de forma equânime na sociedade, mas as pessoas não votam por gastos públicos mais elevados em educação. Isso pode ocorrer por elas não estarem dispostas a abrir mão de consumo próprio para investirem no capital humano de seus filhos; por elas não acreditarem no processo político como um canal eficiente através do qual o capital humano e a renda permanente de seus filhos podem ser melhoradas; ou ainda devido a uma certa miopia ou a uma taxa de desconto muito elevada, o que as levaria a valorizar somente políticas que tragam resultados de curto prazo [2] [3].

Além disso, se algumas das hipóteses relativas à transparência e eficiência do processo político não forem satisfeitas, devido à corrupção, incentivos políticos errados, más políticas, ou ainda alguma outra razão, então os mecanismos descritos no modelo valerão só parcialmente. Além do mais, os eleitores não acreditarão no processo político ou no fato que seus votos serão convertidos em uma política que por sua vez melhorará seu padrão de vida e o de seus filhos.

Uma vez que as dinastias de renda mais baixa não podem arcar com o ensino privado, a única forma pela qual podem acumular capital humano, e assim ter sua renda permanente e padrão de vida melhorados, é através da melhoria do sistema público de ensino, o que só pode ser alcançado através do processo político. Assim, o diferencial de fecundidade, juntamente com o aperfeiçoamento da democracia e o empoderamento, fortalecem o peso político das classes mais baixas, tendo um papel fundamental no fomento da equidade dentro de um regime democrático.

[2] Um trabalho de Buchmann (2005) para o Brasil mostra que investimentos públicos crescentes em educação não trazem capital político, e chegam mesmo a reduzi-lo.

[3] Na última eleição, o Brasil teve um candidato sério concorrendo a presidência cuja plataforma concedia total prioridade à educação, e obteve somente 2,7% dos votos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510684/CA